



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

CONTRATO PMSG Nº. 002/2018

TERMO DE CONTRATO PARA LOCAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ORÇAMENTO, TESOURARIA, CONTABILIDADE, CONTROLE INTERNO E AUDITORIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DATACENTER PARA MINIMIZAR O RISCO DE FALTA DE ACESSO AO SISTEMA POR PROBLEMAS DE CONECTIVIDADE, COM AS RESPECTIVAS LICENÇAS, PARA HOSPEDAGEM DO SISTEMA A SER INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de 2018, o Município de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Dr. Feliciano Sodré, nº. 100, Centro, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo **Secretário Municipal de Fazenda**, o **Sr. EDUARDO DA SILVA COMBAT**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da Carteira de Identidade nº. 04050404-5 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 502.706.487-04, e do outro lado a **E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA.**, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida a Av. Koehler, nº. 238 – 3º Pavimento - Centro – Domingos Martins/ES, inscrita no CNPJ sob o nº. 39.781.752/0001-72, neste ato, representada pelo **Sr. ESTEVÃO HENRIQUE HOLZ**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade nº. 1.087.262, expedida pelo SSP/ES, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 979.001.257-87, e, tendo em vista a decisão proferida no **Processo Administrativo nº. 44.925/2017** através do **Pregão Eletrônico Nº. 001/2018** assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, pelo Decreto Municipal nº. 142/2004, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a locação dos sistemas informatizados de Orçamento, Tesouraria, Contabilidade, Controle Interno e Auditoria, com disponibilização de equipamentos de DATACENTER para minimizar o risco de falta de acesso ao sistema por problemas de conectividade, com as respectivas licenças, para hospedagem do sistema a ser instalado nas dependências da sede do Município de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

1.2 - O presente contrato terá sua vigência a partir da sua assinatura, onde será expedida a Ordem de Início dos serviços, sendo o período de 12 (doze) meses. Podendo ser prorrogado na hipótese e forma que alude o Art. 57, inciso IV da lei Federal Nº. 8666/93, conforme disposto nos itens 6 e 8 do Termo de Referência, parte integrante deste.

1.3 - A forma da prestação de serviço será em regime de execução na forma indireta mediante empreitada por preço unitário.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

2.1 - DA CONTRATADA

2.1.1 – À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

2.1.2 – Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

2.1.3 - Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

2.1.4 – Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da **prestação de serviço da contratada**, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do CONTRATANTE.

2.1.5 – A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

2.1.6 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o que preceitua o art. 65, Parágrafo Primeiro da Lei 8.666/93.

2.1.7 - A CONTRATADA ficará responsável pelo lançamento no sistema do orçamento do exercício de 2018, bem como do reprocessamento da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

movimentação orçamentária e extraorçamentária até que a base do novo sistema esteja em paridade com a base do sistema atualmente utilizado pelo Município de São Gonçalo;

2.1.8 - Compromete-se a executar os serviços de locação de Sistema Informatizado de Software integrado, específico para gestão pública municipal, conforme objeto deste Termo, incluindo migração/conversão de dados, implantação, treinamento e suporte;

2.1.9 - Garantir sem ônus para o Município a integração com o sistema já existente;

2.1.10 - Responsabilizar-se pela manutenção, atualização dos sistemas conforme as Leis em vigor e aquelas que possam surgir, assim como realizar manutenção preventiva e corretiva das rotinas internas do Sistema;

2.1.11 - Adaptar todos os sistemas locados aos novos recursos, plataformas e tecnologias necessárias conforme solicitação da CONTRATANTE;

2.1.12 - Em caso de interrupção dos serviços, a CONTRATADA deverá atender ao SLA definido anteriormente, para restabelecê-lo, caso contrário, incidirá multa prevista;

2.1.13 - Prestar esclarecimentos ao Gestor do Contrato sobre irregularidades observadas em função da prestação dos serviços contratados;

2.1.14 - Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

2.1.15 - Manter durante a vigência do contrato, as licenças e permissões dos softwares instalados (Banco de Dados e Software de Desenvolvimento de Sistemas), assim como suas atualizações de forma a evitar pirataria;

2.1.16 - Que seja disponibilizado o Banco de Dados em SGBD FREE;

2.1.17 - As licenças e o Software deverão cumprir os requisitos técnicos para que possam alcançar os objetivos;

2.1.18 - A CONTRATADA deverá atender às solicitações de suporte no prazo estabelecido, assim como, as funcionalidades técnicas durante a vigência do contrato, caso contrário, o contrato será rescindido;

2.1.19 - A CONTRATADA deverá fornecer a senha do Banco de Dados e o acesso ao mesmo durante e após o contrato, sendo as informações contidas no Banco de Dados da CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

2.1.20 - A CONTRATADA deverá elaborar arquivos de texto para importação em outros sistemas através de layout e/ou fornecer layout para que seja possível outro sistema receber informações para integração de dados, como consolidação contábil;

2.1.21 - Após o término do contrato, a CONTRATADA deverá manter as últimas versões dos executáveis dos sistemas habilitados para consulta das informações e impressão de relatórios por período indeterminado, assim como, o Banco de Dados;

2.1.22 - A CONTRATADA deverá entregar ao iniciar a implantação do sistema, bem como sempre que houver alteração neste e ao término da vigência do contrato, toda a documentação do sistema, incluindo dicionários de dados e manuais, sem custos adicionais para o Município;

2.1.23 - Em caso de rescisão ou rescisão contratual, cabe à CONTRATADA repassar as informações e documentação da última versão do sistema disponibilizada e em uso pelo Município para a equipe de Tecnologia da Informação (TI) da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

2.1.24 - A CONTRATADA se obriga a obedecer todos os itens constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, inclusive a forma da prestação de serviço a ser em regime de execução na forma indireta mediante empreitada por preço unitário.

2.1.25 - A Contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços prestados realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas, em especial, as despesas referentes a carga, transporte e descarga dos equipamentos necessários a execução dos serviços.

2.1.26 - A Contratada deverá acatar as determinações dos servidores responsáveis pela Fiscalização da **SEMFA** no sentido de substituir, de imediato, o serviço que não se apresente em condição de uso necessário.

2.1.27 - A Contratada deverá fornecer no início do contrato e a cada nova versão do sistema a documentação prevista no item 24 do Termo de Referência, parte integrante deste.

2.2 - DA CONTRATANTE

2.2.1 - Fornecer, por meio do setor responsável, cópia do orçamento de 2013 a 2017, cópia dos empenhos, cópias das ordens de pagamentos (orçamentárias e extraorçamentárias), balancete orçamentário, balancete financeiro e balancete



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

patrimonial com valores escriturados em cada mês dos exercícios retromencionados para conciliação com os resultados apurados no reprocessamento.

2.2.2 - Proporcionar as informações necessárias para que o prestador de serviços possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições aqui estabelecidas.

2.2.3 - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços e a execução do contrato.

2.2.4 - Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer irregularidades ocorridas na execução do contrato.

2.2.5 - Providenciar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos da prestação de serviços pelo Setor responsável.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – A presente despesa no valor de **R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais)**, correrá a conta do Programa de Trabalho: **2024.04.122.1001.2.091 - Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 - Fonte: 00**, do Orçamento Municipal de 2018.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** pagará à Contratada, a importância pactuada, conforme a comprovação do serviço efetivamente prestado.

4.2 - A cobrança mensal dos serviços deverá ser feita pela Licitante que vier a ser contratada, devendo vir acompanhada do Relatório de Prestação de Contas Mensal descrito no item 23 do Termo de Referência, além dos seguintes documentos:

- 4.2.1.** Nota Fiscal/Fatura (duas vias);
- 4.2.2.** Cópia do Termo de Contrato;
- 4.2.3.** Cópia de Termos Aditivos se houver;
- 4.2.4.** Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- 4.2.5.** Prova de regularidade com o FGTS;
- 4.2.6.** Prova de Regularidade com o INSS.

4.3 - O pagamento das notas fiscal(s)/fatura(s) do serviço, devidos à contratada serão efetuados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**, no trigésimo dia a contar da data final do período de adimplemento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

4.3.1 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” por servidores responsáveis pela fiscalização, vinculados a **Secretaria Municipal de Fazenda** do Município, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada.

4.4 - Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal nº. 8.666/93 ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:

4.4.1 - Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida:

4.4.1.1. Multa no valor correspondente a 1% (um por cento);

4.4.1.2. Compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM, calculado “*pro rata die*”, entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

4.5 - Por eventuais antecipações nos pagamentos devidos, a Contratada concederá ao **MUNICÍPIO** desconto, a título de compensação financeira, no valor equivalente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação, calculados sobre o valor devido.

4.6. A nota fiscal/fatura relativa à cobrança deverá ser emitida em duas vias, em nome da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro – São Gonçalo, RJ, CNPJ nº. 28.636.579/0001-00, CEP 24.440.440, Inscrição Estadual – Isento de taxa.

4.7 - Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que forem, nem implicará em aceitação definitiva do serviço prestado.

4.8 - Na hipótese da cobrança emitida apresentar erros, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA** devolverá os documentos equivocados à Contratada, para fins de substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.9 - Após apresentação da nova cobrança passará a fluir o prazo previsto no subitem 4.5, sem que se possa reclamar multa ou compensação financeira desse período.

4.10 - A Licitante, quando da contratação, obriga-se a manter em carteira as **faturas originárias** da contratação, sendo vedada sua negociação, tendo em vista que o pagamento será creditado diretamente na sua conta-corrente bancária.

4.11 - A Licitante obriga-se, também, a não transacionar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer **OBRIGAÇÕES**, bem como **DIREITOS**, decorrentes do presente instrumento, por ser completamente vedado por Lei e,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

consequentemente, nulo qualquer ato que venha a ser realizado neste sentido pela Empresa contratada.

4.12 - A Licitante quando da contratação, em nenhuma hipótese, permitirá a realização de protesto de títulos contra o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** em decorrência da negociação, por parte da Licitante, das faturas originárias da contratação, com bancos ou outros agentes financeiros, sujeita às sanções previstas no Edital. Sujeitar-se-á, ainda, a indenizar como perdas e danos, viabilizando, ainda, a aplicação das sanções de suspensão do direito de com ela licitar e contratar, podendo, a Licitante, quando da contratação, ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 - O Preço contratado permanecerá irreajustável durante 12 meses, contados da data da apresentação da proposta. Passados 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, o seu valor poderá, a requerimento da contratada e desde que a hipótese legal seja verificada, ser reajustado, alcançando a data da formulação da proposta. Sendo revisto com base na fórmula $R = \{(I - I_0) / I_0\} \times V$, onde:

R – é o valor do reajustamento procurado;

I – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente aos serviços especificados e relativos ao mês de execução destes;

I₀ – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relativo ao mês de apresentação da proposta;

V – É o valor inicial contratual dos serviços.

5.2 O atraso na execução dos serviços, imputável à futura CONTRATADA não gerará direito a reajustes ou a atualização monetária.

5.3. A Contratada deverá ainda obedecer todas as orientações e especificações contidas no Termo de Referência, parte integrante deste.

6 – CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 - A Contratada deverá observar no Termo de Referência o local e forma de execução dos serviços, itens 7 e 8, além de seguir as demais condições em estrita observância ao Termo de Referência, parte integrante deste.

6.2 - A Contratada fica obrigada a trocar, às suas expensas, o serviço que for recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação, a qual ocorrerá após conferência quantitativa e qualitativa, atestada por servidores responsáveis da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**.

6.3 - A Contratada se obriga a prestar o serviço nas condições e especificações



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

constantes de sua proposta de preços e Termo de Referência, inclusive mantendo as marcas do serviço ofertado na proposta inicial.

6.4 - Na hipótese de rejeição completa, bem como na hipótese da Contratada deixar de prestar os serviços adjudicados, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições análogas de sua proposta, já computados os lances verbais, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste contrato e na Lei nº. 8666/93.

6.5 - A CONTRATADA se obriga a atender as especificações e quantitativos de que trata a proposta de preços apresentada, assim como obedecer rigorosamente os prazos de execução estabelecidos.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE.

7.1 - No caso de ser concedida autorização para sub-CONTRATADA(s), a CONTRATADA continuará sendo a única, exclusiva e integral responsável pelos serviços sub-empregados e pelas suas consequências como se a(s) sub-CONTRATADA(s) não existisse(m).

7.2 - Qualquer sub-CONTRATADA de serviços especializados deverá ser previamente aceita pelos servidores responsáveis pela fiscalização à qual será dirigido o pedido de consentimento, acompanhado do nome da sub-CONTRATADA e da relação dos serviços a serem executados.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1 - O serviço terá como garantia o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a finalização do Contrato.

8.2 - A Contratada assumirá plena responsabilidade pelos serviços realizados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.

8.3 - A Contratada deverá prestar garantia de 3% (três por cento) do valor total do Contrato, a ser prestada **no ato de sua assinatura**, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a Contratada escolha a modalidade seguro-garantia, esta deverá incluir a cobertura das multas eventualmente aplicadas.

8.4 - Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da Contratada, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

desconto da garantia.

8.5. A garantia contratual prestada pela Contratada somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da empresa.

9 – CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente **Contrato** poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de prestação de serviço, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **Contrato**.

II – Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

10 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

10.1.1. Advertência escrita;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária;

10.1.4. Declaração de inidoneidade.

10.2 - Advertência por escrito, quando a **CONTRATADA** infringir obrigações ajustadas no **CONTRATO** e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pelos **servidores responsáveis pela fiscalização**, prazo à **CONTRATADA** para sanar as irregularidades.

10.3 - Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

10.3.1. Os servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, sem prejuízo ainda, das disposições contidas no item 20 do Termo de Referência, parte integrante deste.

10.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

10.3.2.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

10.3.2.2. Por inexecução total ou parcial.

10.3.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

10.3.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

10.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa

10.4.1 - Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a **CONTRATADA**, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

10.4.2 - Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a **CONTRATADA** sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

10.4.3 - As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

10.4.4. As multas serão recolhidas em favor da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à **CONTRATADA**, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

10.4.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Secretário Municipal de Fazenda**.

10.4.6 - Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado no item

10.4.4 - será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da **CONTRATADA**, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

10.4.7 - A imposição de qualquer penalidade não exime a **CONTRATADA** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública** direta ou indireta.

10.4.8 - Em se tratando de Compras, **será considerado como inexecução total do Contrato**, por parte da **CONTRATADA**, **atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

10.4.9 - Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo **Secretário Municipal de Fazenda** do órgão integrante da Administração Pública direta.

10.5 - Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em **Licitação** e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

10.6 - Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.6.1 - O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou **CONTRATADA** será encaminhado para a **Procuradoria Geral do Município** para apreciação, antes de ser publicada.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

11.1 - As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

11.2 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente **Contrato**, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei nº. 8.666/93, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

11.3 - Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

12.1 - Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das **PARTES**, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste **CONTRATO**.

12.2 - Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pelos servidores responsáveis pela fiscalização ao **Secretário Municipal de**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

Fazenda, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem os serviços objeto deste **CONTRATO**.

12.3 - Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas **PARTES**.

12.4 - Serão para fins deste **CONTRATO** casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

12.5 - Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste **CONTRATO**.

12.6 - No caso de não ser reconhecida pela **CONTRATANTE** a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste **CONTRATO**.

13 – CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

13.1 – A Administração Municipal publicará no Diário Oficial do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, com a indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência. Conforme previsto no Artigo 31, do Decreto Municipal nº. 142/2004.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - A **Secretaria Municipal de Fazenda** será responsável pela Gestão do Contrato, assim como a sua execução, em todas as etapas, por intermédio do Grupo Técnico de Trabalho previsto no item 10 do Termo de Referência, parte integrante deste, e dos servidores designados para fiscalizarem a prestação dos serviços que juntamente com a empresa contratada, baseados em metodologias de gestão de projetos, zelarão pela efetividade, eficácia, eficiência, no planejamento, execução das ações e dos controles gerais do projeto.

14.2 - A **Secretaria Municipal de Fazenda** designará 02 (dois) servidores, publicando o ato no Diário Oficial, obrigatoriamente pertencentes ao Grupo Técnico de Trabalho para acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar a realização dos serviços e, terão a competência de dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução, de modo que sejam responsáveis pela execução de atividades e/ou pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços.

14.3 - Os servidores designados para a gestão do contrato ficarão incumbidos da prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente e nas especificações dos serviços a serem executados,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

inclusive opinar quanto à aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação em vigor.

14.4 - A Secretaria Municipal de Fazenda se reserva o direito de notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência e conforme detalhamento constante no item 19 do Termo de Referência, parte integrante deste.

14.5 - Os servidores responsáveis pela fiscalização, vinculados a **Secretaria Municipal de Fazenda**, sem prejuízo do itens anteriores, serão incumbidos de recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, conforme artigo 67 e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.6 – A CONTRATADA se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelos servidores responsáveis pela fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital, Termo de Referência e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que os servidores responsáveis pela fiscalização julgarem necessários ao desempenho de suas atividades.

14.7 – A existência e a atuação dos servidores responsáveis pela fiscalização do **MUNICÍPIO** em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

14.8 – Os servidores responsáveis pela fiscalização exercerão rigoroso controle em relação aos serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas às disposições a elas relativas.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Fica reservado aos servidores responsáveis pela fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com os serviços objeto deste Contrato.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – A recusa injustificada da Licitante vencedora em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

16.2 – A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.3 – São prerrogativas do **CONTRATANTE** as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº. 8.666/93.

16.4 – O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

17.1 – Obriga-se a **CONTRATADA**, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA</p> <p>CONTRATANTE</p>	<p>E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA.</p> <p>CONTRATADA</p>
---	--

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF

2) _____
CPF